

ETB - Empresa de
Transmissão
Baiana S.A.

(Em fase pré-operacional)

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Diretores da
ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A., o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

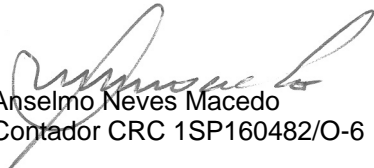


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de junho de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6

ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO			
<u>CIRCULANTE</u>			
		1.933	1.713
Caixa e equivalentes de caixa	5	221	-
Despesas pagas antecipadamente	7	1.712	1.712
Outros ativos		-	1
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
		12.680	7.601
Contas a receber ativo financeiro	6	8.399	1.608
Despesas pagas antecipadamente	7	4.281	5.993
TOTAL DO ATIVO		14.613	9.314
PASSIVO			
<u>CIRCULANTE</u>			
		1.104	9.156
Fornecedores		5	23
Salários, férias e encargos sociais		2	94
Tributos e contribuições sociais a recolher		41	134
Mútuos a pagar - partes relacionadas	8	1.056	8.905
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
		13.509	158
Capital social	9.1	12.715	100
Reservas de lucros		794	58
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.613	9.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
RECETTA OPERACIONAL LÍQUIDA	10	6.791	1.608
CUSTO OPERACIONAIS			
Custo de infraestrutura		(6.055)	(1.550)
		<u>(6.055)</u>	<u>(1.550)</u>
LUCRO BRUTO		<u>736</u>	<u>58</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>736</u>	<u>58</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>736</u>	<u>58</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u><u>736</u></u>	<u><u>58</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	736	58
Outros Resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	736	58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Descrição	Nota	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2015		-	-	-	-	-
Constituição da Companhia em 24/05/2016, conforme Ata da Assembléia Geral de Constituição	9.1	100	-	-	-	100
Lucro líquido do exercício		-	-	-	58	58
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	9.3	-	3	-	(3)	-
Reservas de lucros	9.3	-	-	55	(55)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		100	3	55	-	158
Lucro líquido do exercício		-	-	-	736	736
Aumento de Capital	9.1	12.615	-	-	-	12.615
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	9.3	-	37	-	(37)	-
Reservas de lucros	9.3	-	-	699	(699)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		12.715	40	754	-	13.509

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	736	58
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa		
	<u>736</u>	<u>58</u>
(Aumento) no ativo		
Adiantamento a fornecedores	1	(1)
Contas a receber ativo financeiro	(5.354)	(1.608)
Despesas pagas antecipadamente	1.712	(7.705)
	<u>(3.641)</u>	<u>(9.314)</u>
Aumento no passivo		
Fornecedores	(18)	23
Salários, férias e encargos sociais	(92)	94
Tributos e contribuições sociais a recolher	(93)	134
	<u>(203)</u>	<u>251</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(3.108)</u>	<u>(9.005)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	2.277	100
Mútuos recebidos Principal- partes relacionadas	1.052	8.905
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>3.329</u>	<u>9.005</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>221</u>	<u>-</u>
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	-	-
Saldo no final do exercício	221	-
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>221</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A. (“Companhia” ou “ETB”), com sede na Rua Amauri, nº 286, 2º andar, Jardim Europa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01448-000, foi constituída em 24 de maio de 2016 com o propósito específico de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestando mediante a construção, montagem, operação e manutenção de subestações, linhas de transmissão e seus terminais, transformadores e suas conexões e demais equipamentos, localizada na região da Bahia referentes ao Lote E do Leilão 013/2015 - ANEEL, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.

Em 21 de junho de 2016 foi aprovada, por unanimidade, a transformação de tipo societário sociedade limitada para sociedade por ações, independentemente de dissolução e liquidação, passando a Companhia a ser regida pelas disposições da lei das S.A., e de demais dispositivos aplicáveis.

A Companhia é diretamente controlada pela Apollo 12 Participações S.A.

Concessões de linhas de transmissão

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 11/2016 - ANEEL, de 29 de setembro de 2016, foi outorgada à Companhia pela União, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas no estado de Bahia, compostas pela linha de transmissão Juazeiro III - Ourolândia II, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 186 km, com origem na Subestação Juazeiro III à Subestação Ourolândia II; e pela linha de Transmissão Bom Jesus da Lapa II - Gentio do Ouro II, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 260 km, com origem na Subestação Bom Jesus da Lapa II e término na Subestação Gentio do Ouro II. O prazo de implementação é de 36 meses, contados a partir de setembro de 2016, data de assinatura do Contrato de Concessão, devendo o empreendimento entrar em operação comercial até 27 de junho de 2020.

A Receita Anual Permitida - RAP, conforme descrito no contrato de concessão, é de R\$ 121.600, salvo o montante necessário à cobertura das despesas de PIS/COFINS.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 18 de junho de 2018.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro está inclusa na nota explicativa nº 6.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados como “valor justo por meio do resultado”.

3.1.2 Contas a receber ativo financeiro

As Contas a receber ativo financeiro são classificadas em duas categorias: a parte recuperada por meio da Receita Anual Permitida - RAP como “ativos financeiros pelo custo amortizado” e a parte recuperada pela indenização no final da concessão como “valor justo por meio do resultado”.

3.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Em 31 de dezembro de 2017 a administração avaliou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3.1.4 Ativo financeiro de concessão

De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a serem reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato.

O modelo do ativo financeiro é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao valor justo.

3.1.5 Baixa de ativo financeiro de concessão

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.1.6 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.2 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.3 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo por meio do resultado e, no caso de debêntures, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Fornecedores são classificados como outros passivos financeiros.

3.4 Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5 Tributação

3.5.1 Imposto sobre a receita

As receitas de transmissão estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS), a 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a 7,60%. Esses tributos são deduzidos das receitas de transmissão, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.5.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes

O Imposto de renda (IR) e a Contribuição social (CSL) são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual. Benefício fiscal de Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI foi instituído através da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e beneficia com a suspensão da exigência da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre bens e serviços os projetos voltados à implantação de infraestrutura nos setores de transportes, portos, energia, saneamento básico e irrigação.

3.5.3 Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

3.7 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias e são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

3.7.1 Receita de desenvolvimento de infraestrutura

A Companhia é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do exercício. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro neste tipo de atividade.

3.7.2 Receita de remuneração dos ativos da concessão

Corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

3.7.3 Receita de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.7.4 Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

4 Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC

Novas normas, alterações e interpretações de normas

Uma série de novas normas ou pronunciamentos serão efetivos para exercícios após a data destas demonstrações contábeis, sendo que a Companhia não as adotou na preparação destas demonstrações contábeis e não planejam adotá-los de forma antecipada.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
CPC 47 / IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	Refere-se à convergência do IASB sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se ao projeto de substituição do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil	Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração da Companhia avaliou a aplicação dos pronunciamentos técnicos CPC 47, 48 e 06 (R2) e concluiu que não há impactos sobre os saldos reportados anteriormente.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
<u>Caixa e equivalente de caixa:</u>		
Numerário disponível	220	-
Certificados de depósitos bancários	<u>1</u>	<u>-</u>
	<u>221</u>	<u>-</u>

As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 75,00% do CDI em 31 de dezembro de 2017. Referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, possuem liquidez imediata, vencimento na data do balanço patrimonial igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e não possuem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

6 Contas a receber ativo financeiro

Movimentação do ativo financeiro de concessão	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-
Remuneração das contas a receber e ativo financeiro (nota 10)	58
Receita de infraestrutura (nota 10)	1.550
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.608
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.608
Remuneração das contas a receber e ativo financeiro (nota 10)	736
Receita de infraestrutura (nota 10)	6.055
Saldo em 31 de dezembro de 2017	8.399
Circulante	-
Não circulante	8.399
	8.399

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado é, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- a. Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- b. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

7 Despesas pagas antecipadamente

Modalidade	Vigência	Importância Segurada	Prêmio
Seguro Garantia	23/06/16 a 24/03/21	72.049	8.562

Seguro garantia para construção, fornecimento ou prestação de serviços, tendo a ANEEL como seguradora, cujo objeto é garantir indenizações, até o valor da importância segurada na apólice pelos prejuízos advindos da não performance das obrigações assumidas no contrato de concessão, oriundo do edital do leilão nº 13/2015 - ANEEL - Processo nº 48500.003580/2015-77 - Lote E.

8 Partes relacionadas

Em conformidade com o CPC 5 (R1), a Administração identificou como parte relacionada as seguintes transações:

8.1 Transações com partes relacionadas

Natureza	Taxas	Parte Relacionada	Data de início	Data de vencimento	31/12/2017	31/12/2016
Mútuo a pagar	CDI Pró-Rata	Apollo 12 Participações S.A.	01/11/2017	01/01/2018	1.056	-
Mútuo a pagar	1% a.a - Pró-Rata	WPR Participações Ltda.	29/07/2016	08/07/2020	-	4.624
Mútuo a pagar	1% a.a + IGPM - Pró-Rata	Quaatro Participações S.A.	13/10/2016	Indeterminado	-	4.281
Total					1.056	8.905

Movimentação de partes relacionadas

Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.905
Juros pago	211
Pagamento de principal e juros	(9.116)
Captação	1.051
Juros não pago	5
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.056

Natureza	Rúbrica	Parte Relacionada	Contrato celebrado em	Data de vencimento	31/12/2017	31/12/2016
Serviços prestados	Custo de infraestrutura	WPR Participações Ltda.	05/06/2016	19/09/2017	1.150	-
Juros sobre mútuo	Custo de infraestrutura	WPR Participações Ltda.	29/07/2016	08/07/2020	72	-

Os contratos de mútuo da WPR Participações Ltda. e Quaatro Participações S.A. celebrados em 2016 foram quitados em 2017 pela acionista Apollo 12 Participações S.A. e essa quantia foi utilizada para integralização de capital na Companhia efetuada pela Apollo 12 Participações S.A. (veja nota explicativa 9.1), e o contrato de mútuo da Apollo 12 Participações S.A. celebrado em 2017 foi quitado pela Companhia no primeiro trimestre de 2018.

8.2 Remuneração da alta Administração

A remuneração da diretoria e do conselho de administração cujos valores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foi de R\$ 303 e R\$ 227, respectivamente, composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

9 Patrimônio líquido

9.1 Capital social

Em 19 de setembro de 2017 foi aprovado aumento de capital social da Companhia de R\$ 100 para R\$ 12.715, mediante a emissão de 26.279 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais são totalmente subscritas e integralizadas da seguinte forma: (i) 4.742 ações mediante a conversão da totalidade das 5.000 debêntures de emissão da Companhia de titularidade da acionista Apollo 12 Participações S/A, conforme estabelecido no Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, em Primeira Série, da Espécie Quirografária, com Colocação Privada da Companhia celebrado em 19 de junho de 2017, totalizando um aumento no valor total de R\$ 2.276; e (ii) 21.537 ações perfazendo um aumento no valor de total de R\$ 10.339, integralização na qual a Apollo 12 Participações S.A. quitou mútuos junto a WPR Participações Ltda. e Quaatro Participações S.A. e serviços junto a WPR Participações Ltda. que eram devidos pela Companhia e foram quitados pela Apollo 12 Participações S.A, perfazendo a integralização de capital.(veja nota explicativa 8.1).

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da Companhia é no valor total de R\$ 12.715, representado por 126.279 ações ordinárias todas nominativas, sem valor nominal e em 31 de dezembro de 2016 o capital social da Companhia é no valor total de R\$ 100, representado por 100.000 ações ordinárias todas nominativas, sem valor nominal.

9.2 Composição acionária

	31/12/2017		31/12/2016	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
WPR Participações Ltda.	-	-	100	100,00
Apollo 12 Participações S.A.	126.279	100,00	-	-
Total das ações	126.279	100,00	100	100,00

9.3 Reserva legal e destinação do resultado

Destinação do resultado	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	736	58
Constituição de reserva legal (5%)	(37)	(3)
Subtotal	699	55
Reserva de lucros	(699)	(55)
Saldo de lucros acumulados	-	-

A Companhia não declarou o dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 por não ter iniciado sua operação comercial.

10 Receita operacional líquida

	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional bruta		
Remuneração das contas a receber e ativo financeiro	736	58
Receita de infraestrutura	6.055	1.550
Receita operacional líquida	6.791	1.608

11 Instrumentos financeiros e gestão de risco

11.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

11.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa, equivalentes de caixa, contas a receber ativo financeiro e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa como valor justo por meio do resultado, contas a receber ativo financeiro como ativos financeiros pelo custo amortizado (parte recuperada por meio da RAP) e valor justo por meio do resultado (parte recuperada pela indenização no final da concessão), e fornecedores como outros passivos financeiros.

11.3 Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível II** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- **Nível III** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia classificou como nível I os saldos de equivalentes de caixa e como Nível II o ativo financeiro e as aplicações financeiras vinculadas ao CDI, que estão em equivalentes de caixa.

11.4 Gestão de Risco

- **Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas** - A Companhia está em fase de construção das instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.
- **Risco de contencioso** - A Companhia poderá ser parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos, durante a fase de construção do empreendimento. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas.

O objetivo da Companhia é o de administrar os riscos operacionais evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos a sua reputação e buscar eficácia de custos. A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais.

11.5 Análise de Sensibilidade

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos de taxa de juros relacionadas aos instrumentos financeiros (Caixa e equivalentes de caixa são remunerados pelo CDI) portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

12 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia mantém contrato de prestação de serviços, gastos ambientais e fornecimento de materiais para a construção do empreendimento, no valor de R\$ 3.397 (R\$ 21 em 31 de dezembro de 2016).

13 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte e vales refeições. Em 31 dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possui qualquer passivo atuarial decorrente dos benefícios pós-emprego oferecidos aos seus empregados.

14 Eventos subsequentes

Em 01 de novembro de 2017, a acionista Apollo 12 Participações Ltda. celebrou de Contrato de Compra e Venda de Ações e de Cessão de Direito de Subscrição com a Alupar Investimento S.A., que reflete a aquisição da Alupar Investimento S.A. em 50% do capital social e votante da Companhia. O valor de aquisição é R\$ 8.029 decorrentes da compra de 14.800 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal da Companhia. Em 16 de janeiro de 2018 a ANEEL anuiu a alteração do controle societário, através do Despacho No 96/2018.

Em 01 de fevereiro de 2018 foi aprovado aumento de capital social da Companhia, de R\$ 12.715 dividido em 126.279 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R\$ 65.164, mediante a emissão de 96.679 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalizando portanto 222.958 ações. O aumento de capital foi totalmente subscrito pela acionista Alupar Investimento S.A. sendo integralizado no ato o valor de R\$ 5.448 e o restante será integralizado à prazo até 31 de dezembro de 2018.

Em 22 de fevereiro de 2018 o seguro garantia da seguradora Pottencial Seguradora S/A foi substituído para Pan Seguros S/A e o prêmio passou de R\$ 8.562 para R\$ 1.019. Devido a esta substituição, houve um ressarcimento parcial por parte da Pottencial Seguradora S/A no valor de R\$ 4.281 em março de 2018.

Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro
Diretor Presidente

Alexandre Yochihito Sabanai
Diretor Vice-Presidente

Willian Yoshituki Takahagi
Contador - CRC 1 SP 263.345